

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Tokio Marine Seguradora S.A. submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparadas ao mesmo período do ano anterior, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

Cenário Geral

A Tokio Marine Seguradora S.A., subsidiária da Tokio Marine Holdings Inc., o mais antigo conglomerado securitário do Japão e um dos maiores grupos do setor no mundo, anuncia os resultados do ano de 2019.

Ao longo de seis décadas, a Seguradora construiu no Brasil uma História de sucesso baseada em respeito aos Colaboradores; forte relacionamento com Corretores e Assessorias; inovação e qualidade na entrega de produtos e serviços para seus Clientes. Mantendo o compromisso de atuar de forma sustentável no País, em 2019 a Seguradora registrou um crescimento de 12,4% comparado ao mesmo período do ano anterior. Enquanto isso, o mercado no qual atua (sem Previdência, Capitalização e Saúde) cresceu 6,1%.

Os prêmios emitidos alcançaram R\$ 5,79 bilhões, contra R\$ 5,15 bilhões do exercício anterior. Deste total, a Seguradora devolveu à sociedade R\$ 2,60 bilhões em pagamento de sinistros. E, em uma clara demonstração de sua eficiência operacional, encerrou o ano com um Índice Combinado de 92,9%.

Como ocorre desde o início de sua trajetória no Brasil, a Tokio Marine acredita firmemente no crescimento do mercado segurador e no potencial econômico do País. Dessa forma, a Seguradora ratifica o desafio de identificar, junto com os Parceiros de Negócios, novos nichos de mercado e produtos que atendam às necessidades dos mais diversos perfis de públicos, especialmente em um cenário de tamanha mudança introduzida pela tecnologia.

A Tokio Marine tem como principais compromissos: manter o nível de Satisfação de Corretores, Assessorias e Clientes com seus serviços, gerar empregos e proporcionar tranquilidade e segurança às pessoas e empresas.

Desempenho Operacional

De janeiro a dezembro de 2019, os prêmios emitidos da Seguradora registraram um crescimento de 12,4% ante o mesmo período do ano de 2018. O lucro líquido apurado no exercício foi de R\$ 411,6 milhões contra R\$ 331,3 milhões em dezembro de 2018, maior em 24,2%.

A Seguradora apresentou, no período, Índice Combinado de 92,9% contra 93,5% apurados no mesmo período do ano anterior. O Patrimônio Líquido da Tokio Marine alcançou o montante de R\$ 1,84 bilhão (R\$ 1,55 bilhão em 2018).

Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Clima Organizacional e Responsabilidade Social

Com iniciativas consistentes em gestão de pessoas ancoradas nos valores da Seguradora, a Tokio Marine foi reconhecida pela sétima vez entre as Melhores Empresas para Trabalhar no ranking conduzido pelo Instituto *Great Place to Work*® Brasil, em parceria com a revista Época. Um dos objetivos da Seguradora é estimular e engajar os Colaboradores a terem atitudes de protagonismo e de inovação. Para isso, a Seguradora tem um compromisso com a valorização da diversidade e inclusão investindo sempre em capacitação, além de proporcionar um excelente clima e ambiente de trabalho. A Seguradora foi também reconhecida como a Melhor Empresa para Trabalhar entre as Seguradoras pelo sétimo ano consecutivo e se destacou na prática "Inspirar", um dos critérios do ranking.

Além disso, a Tokio Marine foi reconhecida pelo terceiro ano consecutivo como uma das Melhores Empresas para a Mulher Trabalhadora. As práticas de equidade de gênero e incentivo ao protagonismo de seus Colaboradores garantiram à Companhia aparecer mais uma vez no ranking da pesquisa conduzida pelo *Great Place to Work*® Brasil, referente ao ano de 2018. Entre as práticas desenvolvidas pela Seguradora, o programa "Tokio com Todos" guia as iniciativas de diversidade e inclusão, valorizando a pluralidade de pensamento, igualdade e respeito.

Reconhecimento

A Tokio Marine Seguradora S.A. exalta e agradece a atuação de seus Colaboradores, Corretores e Assessorias pela dedicação, comprometimento e relacionamento. Reconhece ainda seus Clientes e Acionistas pela confiança, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e demais Órgãos Reguladores pela forma competente e correta com que se relacionam com a Seguradora.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Reais Mil)

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE		5.281.732	3.245.010	CIRCULANTE		6.036.494	4.502.257
DISPONÍVEL		40.639	47.712	CONTAS A PAGAR		351.134	285.128
Caixa e bancos		40.639	47.712	Obrigações a pagar	16.1	179.081	158.444
APLICAÇÕES	6	1.303.818	672.911	Impostos e encargos sociais a recolher	16.3	119.401	101.852
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		1.799.186	1.423.706	Encargos trabalhistas		24.689	23.033
Prêmios a receber	7.1	1.682.837	1.368.099	Impostos e contribuições	10.1.1	27.963	1.799
Operações com seguradoras		24.679	16.569	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		839.879	553.975
Operações com resseguradoras	7.2.1	91.670	39.038	Prêmios a restituir		4.973	4.385
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7.3	222.505	161.594	Operações com seguradoras		35.355	26.572
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	8	1.274.845	435.821	Operações com resseguradoras	7.2.2	466.483	250.782
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		54.659	12.385	Corretores de seguros e resseguros	7.4	277.552	227.298
Títulos e créditos a receber	9.1	49.931	5.424	Outros débitos operacionais	7.5	55.516	44.938
Créditos tributários e previdenciários	10.1	642	829	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	17	94.094	66.906
Outros créditos		4.086	6.132	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	18.1	4.751.387	3.596.248
OUTROS VALORES E BENS	11	58.873	37.472	Danos		4.616.803	3.466.007
Bens à venda		31.846	36.789	Pessoas		118.638	118.194
Outros valores		27.027	683	Vida individual		15.946	12.047
DESPESAS ANTECIPADAS		5.293	4.237	NÃO CIRCULANTE		1.925.907	1.504.175
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	521.914	449.172	CONTAS A PAGAR		179.653	114.360
Seguros		521.914	449.172	Obrigações a pagar	16.1	88.460	67.199
NÃO CIRCULANTE		4.518.012	4.309.595	Tributos diferidos	10.1.1 e 10.2.(b)	91.193	47.161
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.441.744	4.248.910	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		9.319	2.096
APLICAÇÕES	6	2.858.351	3.029.536	Prêmios a restituir		1.628	-
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		40.751	12.897	Operações com seguradoras		2.144	-
Prêmios a receber	7.1	40.441	12.897	Operações com resseguradoras		5.527	2.096
Operações com seguradoras		310	-	Corretores de seguros e resseguros		20	-
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7.3	4	-	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	18.1	943.204	911.454
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	8	195.091	183.421	Danos		839.740	808.356
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.311.100	996.504	Pessoas		77.808	79.130
Títulos e créditos a receber	9.1	4.574	-	Vida individual		25.656	23.968
Créditos tributários e previdenciários	10.1	493.078	455.058	OUTROS DÉBITOS		787.468	470.344
Depósitos judiciais e fiscais	13	813.448	541.446	Provisões judiciais	19	787.468	470.344
OUTROS VALORES E BENS	11	717	-	DÉBITOS DIVERSOS		6.263	5.921
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	35.730	26.552	Débitos diversos		6.263	5.921
Seguros		35.730	26.552	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.837.343	1.548.173
INVESTIMENTOS		1.606	1.456	Capital social	20.1	965.164	965.164
Participações societárias		1.394	1.244	Reserva de reavaliação	20.2	8	8
Outros investimentos		212	212	Reservas de lucros	20.3	790.848	549.473
IMOBILIZADO	14	37.193	32.492	Ajuste de avaliação patrimonial		81.323	33.558
Imóveis de uso próprio		9.714	9.814	Ações em tesouraria	20.4	-	(30)
Bens móveis		22.436	18.095	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.799.744	7.554.605
Outras immobilizações		5.043	4.583				
INTANGÍVEL	15	37.469	26.737				
Outros intangíveis		37.469	26.737				
TOTAL DO ATIVO		9.799.744	7.554.605				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais Mil), exceto a quantidade de ações e o lucro líquido por ação

	Nota	2019	2018
PRÊMIOS EMITIDOS	23	5.792.711	5.154.869
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(368.480)	(190.300)
PRÊMIOS GANHOS	24.1	5.424.231	4.964.569
RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES		10.269	8.046
SINISTROS OCORRIDOS	24.2	(3.284.412)	(2.586.317)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	24.3	(1.252.039)	(1.087.312)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	25	(114.154)	(115.962)
RESULTADO COM RESSEGURO	26	314.386	(223.474)
Receita com resseguro		827.516	140.943
Despesa com resseguro		(519.720)	(360.891)
Outros resultados com resseguro		6.590	(3.526)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	27	(551.856)	(479.503)
DESPESAS COM TRIBUTOS	28	(160.139)	(155.510)
RESULTADO FINANCEIRO	29	288.659	287.450
(=) RESULTADO OPERACIONAL		674.945	611.987
Ganhos com ativos não correntes		1.257	472
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		676.202	612.459
Imposto de renda	10.3	(134.515)	(129.120)
Contribuição social	10.3	(84.944)	(111.128)
Participações sobre o lucro		(45.139)	(40.893)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		411.604	331.318
Quantidade de ações		2.792.683.504	2.792.743.608
Lucro líquido por ação – R\$		0,15	0,20

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais Mil)

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	411.604	331.318
COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Ajustes de avaliação patrimonial – Ativos disponíveis para venda	98.741	36.626
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente – Ativos disponíveis para venda	(44.088)	(12.925)
Ajuste de avaliação patrimonial – Benefícios pós-emprego	(11.480)	(13.868)
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente – Benefícios pós-emprego	4.592	4.185
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE EFEITOS TRIBUTÁRIOS	459.369	345.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Reais Mil)

	Reserva de lucros					Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros		Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	667.473	222.937	3.546	8	45.556	324.835	19.540	-	(78)	1.283.817
AUMENTO DE CAPITAL										
Aprovação conforme Portaria SUSEP / DIORG nº 782 de 22/02/2018	222.937	(222.937)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação – AGE de 31/03/2018 Rerratificada na AGE de 28/02/2018	-	74.754	(3.546)	-	-	-	-	-	-	71.208
Aprovação conforme Portaria SUSEP / DIORG nº 1.106 de 22/10/2018	74.754	(74.754)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVAS ESTATUTÁRIAS										
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(69.600)	-	-	-	(69.600)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES										
Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros	-	-	-	-	-	-	14.018	-	-	14.018
AÇÕES EM TESOURARIA										
Cancelamento de ações em aprovação conforme AGE de 29/03/2018	-	-	-	-	-	(78)	-	-	78	-
Compra de ações de acionistas conforme ARCA de 25/05/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	331.318	-	331.318
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS										
Reserva legal	-	-	-	-	16.566	-	-	(16.566)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	232.194	-	(232.194)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,0154 por lote de ações)	-	-	-	-	-	-	-	(82.558)	-	(82.558)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	965.164	-	-	8	62.122	487.351	33.558	-	(30)	1.548.173
RESERVAS ESTATUTÁRIAS										
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(72.442)	-	-	-	(72.442)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES										
Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros	-	-	-	-	-	-	47.765	-	-	47.765
AÇÕES EM TESOURARIA										
Cancelamento de ações em aprovação conforme AGE de 29/03/2019	-	-	-	-	-	(30)	-	-	30	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	411.604	-	411.604
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS										
Reserva legal	-	-	-	-	20.580	-	-	(20.580)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	29				

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Reais Mil)

	2019	2018	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	411.604	331.318	231.701	182.629
Ajustes para				
Depreciação e amortizações	22.806	21.846	193.752	153.829
Perda / (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(4.855)	3.477	43	476
Perda / (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(1.257)	(472)	(225.196)	(238.219)
Outros ajustes	41.395	-	200.300	98.715
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela venda	2.137	563	2.137	563
Imobilizado	(2.137)	563	(39.311)	(21.182)
Pagamento pela compra	(39.311)	(21.182)		
Investimentos	(192)	(609)		
Imobilizado	(14.131)	(10.621)		
Intangível	(2.988)	(9.952)		
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(37.174)	(20.619)		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(170.199)	(69.600)		
Aquisição das próprias ações	-	48		
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(170.199)	(69.552)		
AUMENTO / (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.073)	8.544		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.712	39.168		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.639	47.712		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais Mil)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tokio Marine Seguradora S.A. (doravante referida como "Tokio Marine" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Rua Sampaio Viana, nº 44. Está autorizada a operar em todos os seguros de danos elementares e vida e atua em todas as regiões do País. A Seguradora é controlada pela Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co. Ltd. (principal subsidiária da Tokio Marine Holdings Inc. com sede no Japão) que detém 97,77% de seu capital. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 20 de fevereiro de 2020.

2) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, através da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores.

Novas normas contábeis com vigência em períodos futuros:

- IFRS 9 – Estabelece novos princípios sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros;
- IFRS 15 – Estabelece critérios para o reconhecimento de receita de contratos com cliente;
- IFRS 17 – Substitui o IFRS 4 sobre contratos de seguros;
- IFRS 16 – Estabelece novos princípios para reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil.

As alterações previstas nestas normas serão objeto de análise pela Administração da Seguradora, dependendo ainda de aprovação pela SUSEP.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio das datas das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

3.2) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em caixa e os depósitos bancários.

3.3) Ativos financeiros – mensuração e classificação

Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial, quando também são definidos o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos.

Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" e "Disponíveis para venda" são ajustados na data do balanço pelo seu valor justo.

(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. São classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os ajustes apresentados na demonstração do resultado abrangente, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

(c) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguradoras", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, reconhecidos pelo prazo de vencimento das parcelas.

(d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é determinado com base em cotações publicadas observadas em mercados ativos. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado por meio de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem regularmente disponíveis a partir de informações divulgadas por bolsas de valores (como a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), distribuidor, corretor, serviços de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços que representarem transações de mercado reais e que ocorrerem regularmente em bases puramente comerciais. Estes instrumentos compreendem:

- Fundos de investimento avaliados pelo valor da cota, informados pelos administradores dos fundos na data do balanço.
- Títulos públicos e debêntures classificados na categoria "Disponíveis para venda" com valor de mercado calculado com base no Preço Unitário de Mercado na data do balanço, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).
- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).
- Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável (Nível 2).
- Aplicações em títulos da dívida externa brasileira (Global Bonds) negociados no mercado norte-americano.

3.4) Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (recebíveis)

Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado do período. A Seguradora reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber de seguros e cosseguros e de operações com resseguradores com base em estudo técnico elaborado em consonância com as normas em vigor estabelecidas pela SUSEP.

Para os ativos de resseguro a Seguradora avalia qualquer evidência de perda na recuperabilidade do ativo, que, se constatada, será reconhecida diretamente no resultado do período.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados anualmente para assegurar-se de que são recuperáveis. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período, quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável por meio da venda ou uso. Esta perda será revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e a reversão dá-se somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.5) Avaliação de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, PSL, IBNR, IBNeR e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões.

3.6) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição sobre prêmios emitidos são diferidos, de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os custos de angariação de seguros são amortizados, de acordo com o prazo médio de permanência.

3.7) Ativos intangíveis

Licenças de uso de softwares adquiridas

As licenças de *software* adquiridas para uso são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição, customização e implantação. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Canais para comercialização de seguros

A Seguradora é parte em contratos que asseguram a exclusividade a canais de comercialização de seguros. Os custos desses direitos são registrados no ativo intangível e apropriados para o resultado ao longo do prazo de vigência contratual.

3.8) Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio, compreende Imóveis de uso (terrenos e edificações), Bens móveis de uso (equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos) e Outros (benefitárias em imóveis de terceiros e outros), utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é avaliado ao custo, reduzido por depreciação acumulada calculada de acordo com a vida útil dos ativos. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse equipamento.

Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação utilizadas não diferem, substancialmente, daquelas preconizadas pela legislação fiscal vigente.

3.9) Contratos de arrendamento mercantil (leasing)

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas de arrendamentos operacionais são registradas durante o período do arrendamento.

3.10) Ativos não financeiros disponíveis para venda

Tratam-se basicamente de bens recuperados em conexão com o pagamento de indenizações de seguros (salvados) e que destinam-se à venda. Mensalmente estes ativos são avaliados e registrados ao seu valor estimado de realização.

3.11) Contratos de seguro e contrato de investimentos – classificação

De acordo com as determinações contidas no CPC 11 – Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

Os contratos de investimentos são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro e a Seguradora não identificou este tipo de contrato na data do balanço.

3.12) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

3.12.1) Passivos de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhadas em Nota Técnica Atuária.

Seguros de Ramos Elementares, Vida em Grupo e Vida Individual sob o regime financeiro de repartição simples

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo, para cobertura dos sinistros e despesas correntes.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos – PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente é constituído o Ajuste de IBNeR, que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros a partir de triângulos de *run-off*. É constituído também o Ajuste de Salvados e Ressarcidos com base na expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos que estejam relacionados aos sinistros ocorridos e não liquidados, avisados ou não.
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro.
- A Provisão de Despesas Relacionadas – PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros quanto aquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de forma agrupada.

Seguros de Vida Individual sob o regime financeiro de capitalização

A comercialização de seguros de Vida Individual sob o regime de capitalização deixou de ser realizada pela Seguradora em 2002, motivo pelo qual apenas um pequeno grupo de segurados permanece ativo.

O plano vigente consiste em um Seguro de Vida Inteira a prêmio único, em regime de Capitalização, com coberturas de morte ou invalidez do Titular, o que primeiro ocorrer, e de morte para o cônjuge.

- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC representa o valor presente das obrigações assumidas com os participantes do plano do ramo de vida individual. A provisão é calculada considerando-se as tábuas de mortalidade e entrada em invalidez estabelecidas em contrato, juros técnicos de 6% a.a. e correção monetária com base no IGP-M.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída com base no Capital Segurado vigente na data de ocorrência do sinistro.
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro.

As demais provisões relacionadas aos Seguros de Vida Individual previstas na regulamentação em vigor não são aplicáveis, dadas as especificidades do grupo segurado.

3.12.2) Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test (LAT))

Em cada data de balanço, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações.

O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos, custos de resseguro e o adicional de fracionamento não são considerados.

Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, o que obedece ao padrão de gerenciamento estabelecido pela Seguradora.

Foram ainda consideradas, quando pertinentes, as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos.

Para ramos com característica de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo.

Nos contratos de Vida Individual sob o regime de capitalização os fluxos de caixa futuros são estimados com base na Tábua de Mortalidade BR-EMS male, conforme determina a regulamentação em vigor. A taxa de juros contratada para esta operação é de 6% ao ano em adição à correção monetária pelo IGP-M.

Nas demais operações, os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base na sinistralidade. Para determiná-la, a Seguradora verifica a média de sinistralidade observada por agrupamento em um período de até 18 meses, excluindo-se os extremos da série. Para maior segurança estatística, é adicionada a esta média o desvio padrão da sinistralidade observada.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco – ETTJ, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IPC-A, à exceção dos fluxos de Vida Individual em regime de capitalização para os quais é considerado o indexador da obrigação IGP-M. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste em referência, a Seguradora reconhece imediatamente a perda na Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

Como resultado do teste realizado para o exercício apresentado, foi encontrada insuficiência para os contratos de Vida Individual sob o regime de capitalização, decorrente das recentes oscilações no indexador IGP-M. Em virtude da insuficiência apurada, a Seguradora efetuou a constituição de Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

Não foi encontrada insuficiência para os contratos de seguros de Ramos Elementares, Vida em Grupo e Vida Individual sob o regime financeiro de repartição simples.

3.13) Benefícios a empregados

A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários, administrado pelo Itaú - Fundo Multipatrocinado (Entidade Fechada de Previdência Complementar), na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas de forma facultativa pelo participante através de contribuição normal, com contrapartida de 100% deste valor pela patrocinadora e outra parcela através de participação voluntária. A patrocinadora participa com a contribuição básica para salários acima de certo limite. Aos participantes eleitos, os benefícios por aposentadoria, por incapacidade e por morte, são pagos em parcelas mensais por prazo certo de 15 a 30 anos.

Outros benefícios de longo prazo, como continuidade no plano de assistência médica e seguro de vida na aposentadoria ou desligamento e provisão para gratificação por tempo de serviço denominada "Jubileo", têm seus passivos calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração hipóteses demográficas e econômicas para a determinação do custo do serviço corrente e do custo dos juros e encontram-se provisionados em outras obrigações (Nota 16.2).

A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos dessa participação, sendo apresentada de forma destacada na Demonstração do Resultado. As demais provisões trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas, segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são plano de saúde e odontológico, alimentação e seguro de vida, os quais são registrados na medida em que são incorridos.

3.14) Outras provisões, ativos e passivos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos judiciais são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As obrigações legais, processos judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais e o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais são constituídas quando o risco de perda por avaliado como provável, sendo que os critérios para a determinação da probabilidade de perda na resolução final das ações e a quantificação dos prováveis desembolsos levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, assim como a jurisprudência predominante. As ações são consideradas e quantificadas individualmente.

Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 19) e para os processos cujo risco de perda é remota não é, normalmente, requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não há ativos contingentes reconhecidos e/ou divulgados nestas demonstrações financeiras.

3.15) Políticas contábeis para reconhecimento de receita e despesa

3.15.1) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, bem como as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas aos resseguradores, são contabilizados por ocasião de suas emissões e reconhecidos nas contas de resultado, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura / apólice.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados, conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuária.

3.15.2) Receita de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos de prêmio de seguro são apropriados no resultado no prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.15.3) Imposto de renda e contribuições

As despesas com imposto de renda e contribuição social é composta por dois itens: o corrente e o diferido. O corrente é o imposto a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O diferido corresponde às diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados e consistem em provisões e despesas, que não são dedutíveis para fins fiscais, nos termos da legislação tributária, no mesmo período do registro contábil.

Os créditos decorrentes das diferenças tributárias são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros, conforme estudo técnico mantido pela entidade.

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente.

As contribuições para o PIS e a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios e receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das reservas técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais Mil)

3.16) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, podendo ser pago em forma de juros sobre capital próprio ou dividendos. Os dividendos mínimos estabelecidos no Estatuto Social são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício social, no pressuposto de sua aprovação pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação em vigor.

4) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas contábeis significativas e os julgamentos são continuamente avaliados pela Administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são:

- Contratos de seguros e resseguros (Nota 3.11);
- Ativos financeiros (Nota 3.3 (a));
- Processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 3.14);
- Créditos tributários (Notas 3.15.3 e 10);
- Provisões técnicas (Notas 8 e 18.1);
- Prêmios a receber – Redução ao valor recuperável – Impairment (Nota 7.1);
- Débitos das operações de resseguros (Nota 7.2.2);
- Ressarcimentos e salvados estimados (Nota 9.1.1 e 11.2); e
- Débitos das operações de resseguros (Nota 7.2.2).

5) GESTÃO DE RISCOS ORIGINADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE SEGUROS

A Tokio Marine possui atividades coordenadas para identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos, tendo por base a adequada compreensão dos tipos de risco, de suas características e interdependências, das fontes de riscos e de seu potencial impacto sobre o negócio. Sua estrutura organizacional contempla diversos Comitês e áreas focadas em auxiliar as suas primeiras linhas de defesa, assegurando o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal, além da confiabilidade das informações financeiras.

A estratégia da gestão de riscos da Tokio Marine está integrada com a sua estratégia geral, no sentido da identificação de riscos com impacto significativo nos seus objetivos e de suas consequências respostas. A Seguradora está exposta a uma série de riscos relacionados a sua atividade, incluindo os riscos de subscrição, mercado, crédito, operacional, liquidez e emergentes. A Tokio Marine atua fortemente para o adequado gerenciamento destes riscos através de metodologias, processos, políticas e controles.

Neste sentido e buscando fortalecer cada vez mais a gestão dos riscos, a Tokio Marine tem em sua estrutura o Comitê de "Enterprise Risk Management" (ERM), que é o principal fórum para tratar das questões inerentes aos riscos corporativos, incluindo análises relativas ao perfil e a mensuração dos riscos, além do monitoramento do Apetite ao Risco, com reportes periódicos à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, assegurando sua aderência aos requerimentos legais e regulatórios.

5.1) Gestão de risco de seguro

Concentração de risco por região

Ramos agrupados	Prêmios emitidos - 2019					
	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Automóvel.....	2.221.987	598.047	290.707	82.378	355.703	3.548.822
Bens	1.228.313	288.199	174.323	45.151	112.906	1.848.892
Vida	274.548	63.916	24.277	4.728	27.528	394.997
Total	3.724.848	950.162	489.307	132.257	496.137	5.792.711

Ramos agrupados	Prêmios emitidos - 2018					
	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Automóvel.....	2.251.492	540.772	272.574	67.523	327.399	3.459.760
Bens	906.979	206.175	109.674	40.299	101.396	1.364.523
Vida	232.044	46.185	21.247	4.215	26.895	330.586
Total	3.390.515	793.132	403.495	112.037	455.690	5.154.869

Os riscos são subscritos com base na proposta de seguros que contém todos os dados relevantes para aceitação e precificação do risco. As políticas e procedimentos de subscrição definem as diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis. Os procedimentos utilizados, conforme Manuais Operacionais, estão sujeitos às leis e aos regulamentos instituídos pelos órgãos fiscalizadores e reguladores do mercado segurador brasileiro, bem como ao código civil, comercial e de defesa do consumidor.

Os acompanhamentos e avaliações dos departamentos responsáveis ocorrem por linha de produto, por canais de vendas, de regiões e de segmentos de risco, de forma que seja possível identificar fatores que impactam na apuração de resultados. Já a gestão do risco de seguro para fins de análise de sensibilidade ocorre pela segmentação em Automóvel, Bens e Pessoas. A análise de sensibilidade dos principais segmentos permite avaliar os impactos de alterações, razoavelmente, possíveis em variáveis de risco relevantes de forma isolada com o objetivo de verificar seus efeitos sobre o resultado do período e o patrimônio líquido na data do balanço.

Para isso, a Seguradora estima um aumento ou uma redução de 5% dos montantes totais pagos em indenizações e em despesas com sinistros. A seleção destas duas variáveis ocorre pois entende-se que tanto a sinistralidade quanto as despesas com sinistros são relevantes e estão sujeitas à oscilação influenciada também pelo componente da inflação.

Segmento Automóvel

No seguro Automóvel, as análises utilizadas no gerenciamento do risco de subscrição buscam tarifar de maneira justa, por tipo de risco, considerando custo médio e frequência de sinistro por região, veículo, perfil do condutor e cobertura. A Seguradora possui um Comitê de Produto Automóvel, com participação de diversos níveis da Administração com o objetivo de avaliar o desempenho da carteira, além de aprovar e revisar os métodos e critérios adotados para o gerenciamento do risco. Por meio de uma política adequada de regulação de sinistros, visa reduzir ao máximo o tempo entre o cadastro e o pagamento do sinistro, bem como permitir que a estimativa do valor do sinistro, no momento do aviso, seja a mais próxima possível do valor no momento da liquidação, reduzindo a necessidade de restituições.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
	2019		2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(95.601)	(95.601)	(90.335)	(90.327)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	95.601	95.601	90.335	90.327
Aumento de 15% nas despesas com liquidação de sinistros...	(5.089)	(5.089)	(4.379)	(4.378)
Redução de 15% nas despesas com liquidação de sinistros...	5.089	5.089	4.379	4.378

Segmento Bens

Nos seguros de Bens, são utilizadas como ferramentas de risco de subscrição as cessões de resseguro e os procedimentos de prevenção de perdas. A Seguradora mantém contratos de resseguros para garantir que níveis adequados de risco sejam mantidos em relação ao capital. Tais contratos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor e a conformidade é monitorada pela área de Resseguros da Seguradora. Existem procedimentos de controle de risco de crédito, para evitar a cessão de resseguro para uma resseguradora que possa trazer preocupações de segurança financeira.

A Seguradora mantém um Comitê de Security para discutir e decidir sobre tópicos importantes com relação à segurança financeira das resseguradoras e dos corretores de resseguros. Os contratos mantêm a retenção de forma otimizada, visando garantir resultados líquidos adequados.

As análises de riscos, retorno e retenção das operações são realizadas com o apoio de Corretores de resseguros e em conjunto com as áreas Atuária e Estatística, para se obter os melhores resultados possíveis. As eventuais alterações nos contratos de resseguros são devidamente comunicadas às áreas de Subscrição e de Produtos, para que mudanças nas cláusulas e nos sistemas sejam realizadas sempre que necessárias.

A Seguradora possui um processo de prevenção de perdas que consiste em identificar e mapear os riscos, avaliando os possíveis impactos operacionais e financeiros. A análise dos fatores contribuintes permite a identificação das vulnerabilidades na operação e seus impactos, controlando a sinistralidade, identificando os níveis de ameaça, os percentuais de perda e a gestão aplicada sobre o desempenho das gerenciadoras de risco. A partir da identificação são propostas e colocadas em prática ações preventivas monitoradas, que visam corrigir cada nível de ameaça identificado.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
	2019		2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(56.740)	(17.901)	(22.690)	(16.829)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	56.740	17.901	22.690	16.829
Aumento de 15% nas despesas com liquidação de sinistros...	(6.181)	(4.222)	(5.187)	(3.723)
Redução de 15% nas despesas com liquidação de sinistros...	6.181	4.222	5.187	3.723

Segmento Pessoas

A Seguradora também atua no Segmento Pessoas, nas modalidades de Vida, Acidentes Pessoais, Prestamista e Educacional com diversos tipos de coberturas para pessoas físicas e jurídicas. A venda é realizada por Corretores por intermédio dos seguintes canais: Corporate, Varejo, Afinidades e Contas Japonesas.

Os produtos de Vida comercializados pela Seguradora oferecem como cobertura principal indenização paga em caso de morte do segurado, em contraprestação ao pagamento dos prêmios mensais, comercializados em regime de repartição simples. As coberturas de cada produto estão disponíveis em suas respectivas Condições Gerais e Nota Técnica Atuária devidamente submetidas à SUSEP, órgão que regulamenta as operações de seguros.

Nos seguros coletivos, o risco é avaliado e tratado de acordo com as condições de contratação e necessita, como premissa atuarial, da disponibilização da base de dados com as informações detalhadas da massa segurável, necessários para fins de tarifação adequada. Adicionalmente, necessita de informações de sinistralidade anterior, utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que apresentem a melhor estimativa de mortalidade para a massa segurável, além de contratos de resseguros e política de alçadas.

Nos seguros individuais, o risco é avaliado e tratado de acordo com as condições de contratação e necessita, como premissa atuarial, de informações sobre idade, sexo, faixa de renda e profissão dos segurados, necessários para fins de tarifação adequada. Adicionalmente, necessita de avaliação do risco através de teleassubscrição, utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que apresentem a melhor estimativa de mortalidade para as vidas seguráveis, além de contratos de resseguros e política de alçadas de aceitação de riscos.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Premissas atuariais	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
	2019		2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(5.969)	(5.598)	(5.540)	(5.475)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	5.969	5.598	5.540	5.475
Aumento de 15% nas despesas com liquidação de sinistros...	(318)	(315)	(259)	(251)
Redução de 15% nas despesas com liquidação de sinistros...	318	315	259	251

5.2) Risco de subscrição, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

Risco de subscrição

O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de perdas inesperadas nas operações de seguros advindas, direta ou indiretamente, das bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e de provisões de sinistros.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por oscilações nos preços dos ativos, taxas de juros, moedas e índices. As variações das taxas de juros são o maior risco associado à carteira de ativos financeiros da Seguradora em consequência da sua composição, abaixo demonstrada:

	2019	2018
Inflação (IPCA / IGPM)	62,4%	56,5%
Pós-fixados (CDI / SELIC / Fundos)	5,0%	5,6%
Prefixados	31,4%	36,6%
Títulos da dívida externa	1,3%	1,3%

A gestão dos investimentos da Seguradora é realizada por meio de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. A política de investimentos estabelece diretrizes que deverão ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites para o gerenciamento do risco de mercado. Entre as ferramentas utilizadas para medição do potencial de perda devido ao risco de mercado, está o valor em risco (Value at Risk – VaR) não paramétrico, com intervalo de confiança de 99% em horizonte de 252 dias. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, tais como teste de stress, Benchmark-VaR e análise de sensibilidade, sendo esse último demonstrado abaixo:

Fator de risco	Impacto 10 b.p. ¹		Impacto 25 b.p. ¹		Impacto 50 b.p. ¹	
	Aumento ²	Queda ²	Aumento ²	Queda ²	Aumento ²	Queda ²
Prefixados.....	(2.541)	2.553	(6.331)	6.404	(12.591)	12.882
Inflação	(5.974)	6.007	(14.875)	15.079	(29.550)	30.368
IPCA	(5.905)	5.937	(14.702)	14.903	(29.208)	30.010
IGPM	(70)	70	(173)	177	(341)	359
Títulos da dívida externa	(143)	143	(356)	360	(707)	724

¹ b.p. (basis point), é o possível cenário de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

² Valor bruto de efeitos tributários.

Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-lo nos termos em que foi acordado. A política de investimentos da Seguradora estabelece diretrizes e limites para as exposições da carteira de ativos financeiros. A determinação dos limites é baseada na análise da capacidade financeira das contrapartes, bem como nos ratings locais estabelecidos por agências externas Standard&Poors, Moody's e Fitch que deverá ser no mínimo "A". Abaixo, demonstramos as exposições da carteira de ativos financeiros e seus respectivos ratings:

	AAA	AA+	AA	A	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	47.322	89.878	1.047	-	138.247
Quotas de fundos de investimentos abertos	47.322	89.878	1.047	-	138.247
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.592.581	52.501	-	48.480	3.693.562
Certificado de Depósito Bancário	23	52.501	-	-	52.524
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	3.145.152	-	-	-	3.145.152
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	440.631	-	-	-	440.631
Títulos da Dívida Agrária	6.775	-	-	-	6.775
Títulos da dívida externa	-	-	-	48.480	48.480

Não estão demonstrados no quadro os valores referentes às aplicações em fundos de investimento das operações com a Seguradora Líder do Consórcio DPVAT, no montante de R\$ 330.274, e o montante de R\$ 86 de outras aplicações.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é decorrente da possibilidade da escassez de recursos imediatos para honrar compromissos assumidos em função do decréscimo entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Seguradora, segundo sua política de investimentos, baseia a tomada de decisão para alocação de sua carteira de ativos financeiros em estudos de gerenciamento de ativos e passivos, considerando as características de cada um dos compromissos assumidos, tais como tempo de liquidação e indexadores. As análises para rebalanceamento da carteira de investimentos são periódicas, objetivando assegurar a capacidade da Tokio Marine de cumprir suas obrigações.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado a falhas e deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas, fraudes e eventos externos. O gerenciamento do risco operacional contempla o monitoramento de diversos cenários de exposição a riscos aos quais a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios.

Neste processo, também são observados os procedimentos mínimos exigíveis para a elaboração de uma base de dados de perdas operacionais, conforme disposto na Circular nº 517/15 e alterações. Em conjunto, também é considerado o resultado da avaliação da estrutura de controles internos da Seguradora.

6) APLICAÇÕES

	2019						
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	%	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Nível

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado **468.521** - **468.521** **11** **468.521** -

Quotas de fundos de investimentos .. 468.521 - 468.521 11 468.521 - 1 106,24% do CDI

Ativos financeiros disponíveis para venda..... **835.297** **2.858.351** **3.693.648** **89** **3.489.697** **203.951**

Certificados de Depósitos Bancários 52.524 - 52.524 1 52.524 - 1 100% do CDI

Debêntures

Letras do Tesouro Nacional 372.006 68.625 440.631 11 427.586 13.045 1 11,67%

Notas do Tesouro Nacional – Série B 404.341 1.976.410 2.380.751 58 2.266.473 114.278 1 IPCA + 3,62%

Notas do Tesouro Nacional – Série C - 9.822 9.822 - 7.862 1.960 1 IGPM + 6,32%

Notas do Tesouro Nacional – Série F - 754.579 754.579 18 680.485 74.094 1 10,12%

Títulos da Dívida Agrária 4.627 2.148 6.775 - 6.562 213 2 TR + 8,95%

Aplicações no exterior 1.713 46.767 48.480 1 48.119 361 1 2,64%

Outras aplicações

Total **1.303.818** **2.858.351** **4.162.169** **100** **3.958.218** **203.951**

Vinculados à cobertura de provisões técnicas (Nota 18.4) 3.690.341

Não vinculados à cobertura de provisões técnicas 471.828

	2018						
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	%	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Nível

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado **407.813** - **407.813** **11** **407.813** -

Quotas de fundos de investimentos 407.813 - 407.813 11 407.813 - 1

Ativos financeiros disponíveis para venda..... **265.098** **3.029.536** **3.294.634** **89** **3.189.424** **105.210**

Certificados de Depósitos Bancários 64.264 - 64.264 2 64.264 - 1 100,16% do CDI

Debêntures

Letras do Tesouro Nacional - 12.167 12.167 - 12.191 (24) 1 IPCA + 6,60%

Notas do Tesouro Nacional – Série B - 498.788 498.788 13 469.888 28.900 1 11,84%

Notas do Tesouro Nacional – Série C 196.233 1.718.389 1.914.622 53 1.871.248 43.374 1 IPCA + 4,71%

Notas do Tesouro Nacional – Série F - 8.587 8.587 - 7.466 1.121 1 IGPM + 6,32%

Notas do Tesouro Nacional – Série F - 741.864 741.864 20 710.298 31.566 1 10,38%

Títulos da Dívida Agrária 4.520 5.683 10.203 - 10.021 182 2 TR + 8,65%

Aplicações no exterior - 44.058 44.058 1 43.967 91 1 3,62%

Outras aplicações

Total **672.911** **3.029.536** **3.702.447** **100** **3.597.237** **105.210**

Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 18.4) 3.187.847

Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas 514.600

	2018					
	2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor justo	2019

Títulos de renda fixa 3.294.553 2.544.784 (2.567.780) 323.264 98.741 3.693.562

Quotas de fundo de investimentos 407.813 935.145 (902.164) 27.727 - 468.521

Outras aplicações..... 81 5 - - - 86

Total **3.702.447** **3.479.934** **(3.469.944)** **350.991** **98.741** **4.162.169**

	2017					
	2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor justo	2018

Títulos de renda fixa 2.927.274 2.259.099 (2.219.873) 291.427 36.626 3.294.553

Quotas de fundo de investimentos 253.954 964.916 (835.524) 24.467 - 407.813

Outras aplicações..... 90 - (9) - - 81

Total **3.181.318** **3.224.015** **(3.055.406)** **315.894** **36.626** **3.702.447**

(*) A movimentação das aplicações financeiras incluem os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e títulos disponíveis para venda.

7) OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

7.1) Prêmios a receber

	2019				2018			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Prêmios a receber líquido
Automóvel.....	986.493	(1.700)	984.793	894.542	(1.719)	892.823	892.823	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais Mil)

7.1.1) Quadro de movimentação de prêmios a receber

	2019	2018
Saldo no início do período	1.380.996	1.271.589
(+) Prêmios emitidos	5.936.925	5.412.986
(-) Prêmios cancelados	(880.678)	(684.406)
(-) Recebimentos	(4.841.515)	(4.658.978)
(+) Adicional de fracionamento	5.929	3.186
(+) IOF	68.308	56.164
(+) Riscos vigentes não emitidos – RVNE	50.144	(12.423)
(+/-) Redução ao valor recuperável	3.169	(7.122)
Saldo no final do período	1.723.278	1.380.996

7.1.2) Prazo médio de parcelamento em meses

	2019	2018
Automóvel	6	6
Patrimonial	4	5
Pessoas coletivas	2	1
Responsabilidades	4	6
Transporte	5	7
Vida individual	8	12
Demais ramos	1	3

7.2) Operações com resseguradores

7.2.1) Créditos das operações de resseguros

Aging dos créditos das operações de resseguros

	2019			2018
	Local	Admitida	Eventual	Total
Pendentes até 30 dias	12.242	7.002	195	19.439
Pendentes de 31 a 60 dias	12.855	6.522	581	19.958
Pendentes de 61 a 120 dias	15.962	15.597	2.461	34.020
Pendentes de 121 a 180 dias	7.349	4.678	146	12.173
Pendentes de 181 a 365 dias	3.494	2.448	63	6.005
Pendentes há mais de 365 dias	1.390	1.028	115	2.533
Total	53.292	37.275	3.561	94.128
Redução ao valor recuperável	(2.458)	-	-	(2.458)
Total	50.834	37.275	3.561	91.670

	2018			2017
	Local	Admitida	Eventual	Total
Pendentes até 30 dias	4.531	3.764	181	8.476
Pendentes de 31 a 60 dias	3.407	2.948	122	6.477
Pendentes de 61 a 120 dias	7.601	6.654	180	14.435
Pendentes de 121 a 180 dias	5.461	2.220	50	7.731
Pendentes de 181 a 365 dias	1.355	587	14	1.956
Pendentes há mais de 365 dias	1.663	1.486	214	3.363
Total	24.018	17.659	761	42.438
Redução ao valor recuperável	(3.400)	-	-	(3.400)
Total	20.618	17.659	761	39.038

Discriminação dos ativos de sinistros a recuperar por resseguradores

Tipo	Agência	Rating	2019	2018
Local	AMBst	A	786	
		A+	31.580	
		B++	6.328	
	S&P	AA-	442	
		-	14.156	
Admitido	Sem classificação	-	221	
	AMBst	A	27.940	
		A+	163	
	S&P	A-	502	
		AA-	6.859	
Eventual	Sem classificação	-	1.590	
	AMBst	A	530	
		A++	243	
		A-	664	
		A+	914	
Total a recuperar	S&P	A	1.046	
		A-	-	
		AA-	95	
		AA+	1	
	Moody's	Baa1	68	
Total a recuperar			94.128	
Redução ao valor recuperável			(2.458)	
Total			91.670	

7.2.2) Débitos das operações de resseguros

	2019	2018
Prêmios a repassar	375.425	193.556
Prêmio mínimo de depósito	71.462	51.811
Salvos e ressarcidos	25.144	8.876
Ajuste ao valor de realização	(5.548)	(3.461)
Total	466.483	250.782

7.2.3) Movimentação de saldos patrimoniais de resseguros

	2019	2018
Ativos de contratos de resseguro	39.038	65.100
Saldo no início do período	39.038	65.100
Sinistros pagos	221.876	142.094
Recuperações	(170.186)	(165.150)
Redução ao valor recuperável	942	(3.006)
Saldo no final do período	91.670	39.038

Passivos de contratos de resseguro

	2019	2018
Saldo no início do período	250.782	250.944
Novas emissões	500.094	337.472
Pagamentos	(377.651)	(333.340)
Contrato PMD	19.651	2.868
Salvados e ressarcidos	15.693	(6.674)
Ajuste ao valor de realização	(2.086)	(488)
Saldo no final do período	466.483	250.782

7.3) Outros créditos operacionais

	2019	2018
Agentes e correspondentes	7.155	7.138
Corretores – Comissão antecipada	127.701	104.134
Cobrança – Cartão de crédito	74.150	39.977
Outros créditos	23.778	20.785
Redução ao valor recuperável	(10.275)	(10.440)
Total	222.509	161.594
Circulante	222.505	161.594
Não circulante	4	-

7.4) Corretores de seguros e resseguros

	2019	2018
Comissões sobre prêmios – direto	257.029	214.450
Comissões sobre prêmios – estimado	13.936	10.111
Comissões sobre prêmios – RVNE	10.024	7.598
Comissões sobre prêmios – cosseguro aceito	3.136	2.546
Ajuste ao valor de realização	(6.573)	(7.407)
Total	277.552	227.298

7.5) Outros débitos operacionais

	2019	2018
Estipulantes	21.599	22.152
Agentes e correspondentes	23.570	17.144
Lucros atribuídos – excedente técnico	374	708
Outros	11.287	6.031
Ajuste ao valor de realização	(1.314)	(1.097)
Total	55.516	44.938

8) ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO

	PPNG		PSL		IBNER		IBNR		Total
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
Responsabilidades	68.938	25.330	684.893	65.831	8.091	5.950	16.514	20.047	778.436
Patrimonial	241.803	164.912	137.139	137.107	16.973	6.837	33.972	22.130	429.887
Riscos financeiros	83.653	64.139	7.560	14.071	8.707	7.297	1.716	1.453	101.636
Salvados e ressarcidos	27.677	19.952	6.926	7.189	309	(478)	1.239	1.623	36.151
Marítimos	8.408	10.330	2.721	5.394	581	1.943	1.011	3.383	12.721
Aeronáuticos	1.173	1.459	9.457	6.798	2.491	31	4.708	2.226	17.829
Demais ramos	53.919	19.856	32.870	4.104	1.631	-	4.856	328	93.276
Total	485.571	305.978	881.566	240.494	38.783	21.580	64.016	51.190	1.469.936
Circulante									1.274.845
Não circulante									195.091

9) TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2019	2018
Ressarcimentos a receber	10.442	5.324
Ressarcimentos estimados (Nota 9.1.1)	43.963	-
Outros títulos e créditos a receber	100	100
Total	54.505	5.424
Circulante	49.931	5.424
Não circulante	4.574	-

9.1.1) Expectativa de realização de ressarcimentos estimados

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, a Seguradora estima as expectativas de prazo para realização dos direitos de ressarcimentos reconhecidos no ativo e acompanha o seu efetivo desenvolvimento, considerando o prazo previsto em norma. Para isso, é elaborado estudo técnico com base em dados históricos que buscam refletir o comportamento de realização dos direitos a salvados e ressarcimentos até sua ativação. Eventuais desvios podem ocorrer entre os valores estimados como expectativa e as efetivas realizações mensais, uma vez que alguns grupos apresentam volatilidade nas recuperações ao longo do tempo. Entretanto, espera-se um equilíbrio entre os valores totais estimados como expectativa e as efetivas realizações quando considerados períodos mais longos. Caso seja observada mudança efetiva de comportamento, são realizados os ajustes necessários para que as expectativas passem a convergir com a efetiva realização.

Prazo (em meses)	Patrimonial	Transportes	Automóvel	Demais	Total
1	2.177	1.588	737	40	4.542
2	1.209	171	628	43	2.501
3	936	259	737	10	1.942
4	1.102	292	455	73	1.922
5	956	205	497	73	1.731
6	842	94	396	-	1.332
7	72	35	155	-	262
8	396	106	75	-	577
9	391	341	130	78	940
10	761	1	167	-	929
11	828	160	176	-	1.164
12	307	36	100	33	476
13 a 18	4.511	353	915	13	5.792
19 a 24	6.403	1.486	1.071	71	9.031
Acima de 24	8.251	1.995	875	151	11.272
Total	29.142	7.122	7.114	585	43.963

Não estão apresentados saldos referentes a 2018, visto a não existência da provisão no período.

10) CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CORRENTES E DIFERIDAS

10.1) Créditos tributários e previdenciários

	2019	2018
Tributos a compensar	200.790	189.583
Tributos diferidos (*) (Nota 10.2 a)	287.175	260.622
Outros	5.755	5.682
Total	493.720	455.887
Circulante	642	829
Não circulante	493.078	455.058

(*) Constituído para imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.

10.1.1) Obrigações fiscais

	2019	2018
Provisão de IRPJ e CSLL correntes	239.262	228.054
(-) Antecipação de IRPJ e CSLL correntes	(225.196)	(238.219)
Tributos diferidos (*) (Nota 10.2 b)	91.193	47.161
Provisão de PIS e COFINS	13.897	11.964
Total	119.156	48.960
Circulante	27.963	1.799
Não circulante	91.193	47.161

(*) Constituído para imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.

10.2) Tributos diferidos

a) Movimentação créditos tributários e previdenciários

	2018	Constituição	Reversão	2019
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	28.437	-	-	28.437
Créditos de liquidação duvidosa	21.552	604	(3.132)	19.024
Provisões para contingências	162.172	150.996	(132.285)	180.883
Outras provisões	31.999	24.839	(19.050)	37.788
Crédito tributário resultado	244.160	176.439	(154.467)	266.132
Ajuste a valor de mercado	10	-	(10)	-
Benefícios a empregados de longo prazo	16.451	4.592	-	21.043
Crédito tributário patrimônio líquido	16.461	4.592	(10)	21.043
Total de créditos tributários	260.621	181.031	(154.477)	287.175

	2017	Constituição	Reversão	2018
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	55.135	-	(26.698)	28.437
Créditos de liquidação duvidosa	23.553	386	(2.387)	21.552
Provisões para contingências	169.996	2.902	(10.726)	162.172
Outras provisões	31.316	25.095	(24.412)	31.999
Crédito tributário resultado	280.000	28.383	(64.223)	244.160
Ajuste a valor de mercado	155	-	(144)	10
Benefícios a empregados de longo prazo	12.267	4.184	-	16.451
Crédito tributário patrimônio líquido	12.422	4.184	(144)	16.461
Total de créditos tributários	292.422	32.567	(64.367)	260.622

b) Obrigações fiscais diferidas

	2018	Constituição	Reversão	2019
IRPJ / CSLL				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais Mil)

	2018					Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Superior a 121 dias	
Automóvel.....	18.535	7.114	2.880	817	4.520	33.866
Transportes.....	1.014	519	202	-	779	2.514
Demais ramos.....	115	99	28	52	115	409
Total	19.664	7.732	3.110	869	5.414	36.789

11.2) Expectativa de realização de salvados estimados

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, a Seguradora estima as expectativas de prazo para realização dos direitos a salvados reatendidos no Ativo e acompanhamento do seu efetivo desenvolvimento, considerando o prazo previsto em norma. Para isso, é elaborado estudo técnico com base em dados históricos que buscam refletir o comportamento de realização dos direitos a salvados e ressarcimentos até sua ativação. Eventuais desvios podem ocorrer entre os valores estimados como expectativa e as efetivas realizações mensais, uma vez que alguns grupos apresentam volatilidade nas recuperações ao longo do tempo. Entretanto, espera-se um equilíbrio entre os valores totais estimados como expectativa e as efetivas realizações quando considerados períodos mais longos. Caso seja observada mudança efetiva de comportamento, são realizados os ajustes necessários para que as expectativas passem a convergir com a efetiva realização.

Prazo (em meses)	2019		
	Automóvel	Demais	Total
1.....	6.503	622	7.125
2.....	3.316	439	3.755
3.....	1.908	106	2.014
4.....	1.408	67	1.475
5.....	2.242	43	2.285
6.....	752	42	794
7.....	631	54	685
8.....	580	9	589
9.....	481	25	506
10.....	571	64	635
11.....	758	23	781
12.....	449	6	455
13 a 18.....	2.624	86	2.710
19 a 24.....	1.481	67	1.548
Acima de 24.....	1.515	92	1.607
Total	25.219	1.745	26.964

Não estão apresentados saldos referentes a 2018, visto a não existência da provisão no período.

12) CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Composição dos saldos	2019				
	Comissão	Agenciamento	Pró-labore	Outros	Total
Automóvel.....	340.423	-	-	-	340.423
Patrimonial.....	89.055	-	17.391	3.206	109.652
Riscos financeiros.....	35.418	-	22	-	35.440
Responsabilidades.....	20.611	-	37	-	20.648
Outros.....	33.677	2.514	10.771	4.519	51.481
Total	519.184	2.514	28.221	7.725	557.644
Circulante.....	-	-	-	-	521.914
Não circulante.....	-	-	-	-	35.730

Composição dos saldos	2018				
	Comissão	Agenciamento	Pró-labore	Outros	Total
Automóvel.....	315.168	-	-	-	315.168
Patrimonial.....	67.932	-	8.466	3.579	79.977
Riscos financeiros.....	29.191	-	-	-	29.191
Responsabilidades.....	15.945	-	18	-	15.963
Outros.....	19.789	3.354	7.236	5.046	35.425
Total	448.025	3.354	15.720	8.625	475.724
Circulante.....	-	-	-	-	449.172
Não circulante.....	-	-	-	-	26.552

Movimentação dos saldos	2019				
	Comissão	Agenciamento	Pró-labore	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	400.939	2.675	8.964	-	412.578
Constituições.....	913.585	5.711	107.375	9.000	1.035.671
Reversões.....	(866.499)	(5.032)	(100.619)	(375)	(972.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	448.025	3.354	15.720	8.625	475.724
Constituições.....	1.078.110	7.188	129.471	112.197	1.326.966
Reversões.....	(1.006.951)	(8.028)	(116.970)	(113.097)	(1.245.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	519.184	2.514	28.221	7.725	557.644

13) DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2019	2018
	De natureza fiscal (*).....	835.531
Relacionados a sinistros.....	30.264	29.921
Trabalhistas.....	2.054	1.669
Cíveis e outros.....	1.820	4.214
Redução ao valor recuperável (**).....	(56.221)	(2.348)
Total	813.448	541.446

(*) Os Depósitos de natureza fiscal (Ativos) e os débitos tributários (Passivos) foram atualizados pela taxa Selic.
(**) Redução ao valor de recuperável – Depósito de natureza fiscal no montante de (R\$ 55.947), conforme Nota 19 - "Processos fiscais" "Ajuste ao valor recuperável" e (R\$ 264) referente a outros valores de redução ao valor recuperável.

14) ATIVO IMOBILIZADO

	2018		2019		Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação - %		
	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	Custo				
Imóveis de uso.....	9.814	-	(100)	9.714	14.141	(4.427)	4	
Bens móveis de uso ...	18.095	11.764	(839)	(6.584)	22.436	62.318	(39.882)	10 - 33
Outros imobilizações...	4.583	2.367	(41)	(1.866)	5.043	10.156	(5.113)	10
Total	32.492	14.131	(880)	(8.550)	37.193	86.615	(49.422)	

	2017		2018		Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação - %		
	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	Custo				
Imóveis de uso.....	9.914	-	(100)	9.814	14.141	(4.327)	4	
Bens móveis de uso ...	16.644	7.335	(91)	(5.793)	18.095	54.274	(36.179)	10 - 33
Outros imobilizações...	2.652	3.286	-	(1.355)	4.583	27.146	(22.563)	10
Total	29.210	10.621	(91)	(7.248)	32.492	95.561	(63.069)	

15) ATIVO INTANGÍVEL

	2018		2019		Depreciação acumulada	Taxas anuais de amortização - %		
	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Custo				
Licenças de uso de software.....	7.040	5.090	-	(3.110)	9.020	99.486	(90.466)	20
Canais para comercialização	19.697	19.898	-	(11.146)	28.449	87.963	(59.514)	
Total	26.737	24.988	-	(14.256)	37.469	187.449	(149.980)	

	2017		2018		Depreciação acumulada	Taxas anuais de amortização - %		
	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	Custo				
Licenças de uso de software.....	8.693	2.387	-	(4.040)	7.040	94.506	(87.466)	20
Canais para comercialização	22.690	7.565	-	(10.558)	19.697	68.065	(48.368)	
Total	31.383	9.952	-	(14.598)	26.737	162.571	(135.834)	

16) CONTAS A PAGAR

16.1) Obrigações a pagar

	2019	2018
	Fornecedores.....	40.233
Dividendos e juros sobre o capital próprio (propostos).....	87.223	72.609
Gratificações / Participação nos lucros a pagar.....	50.284	45.319
Benefícios a empregados (Nota 16.2).....	88.460	67.199
Outros.....	1.341	-
Total	267.541	225.643
Circulante.....	179.081	158.444
Não circulante.....	88.460	67.199

16.2) Valor presente das obrigações atuariais – Benefícios a empregados

	2019	2018
	Plano de saúde e seguro de vida aposentados.....	84.045
Plano Jubileu.....	4.415	2.136
Total	88.460	67.199

Movimentação do passivo com benefícios a empregados

	2019	2018
	Saldo inicial	67.199
Custo do serviço corrente.....	1.771	1.210
Juros líquidos.....	6.142	4.608
Perdas por experiência.....	12.140	2.492
Perdas por alteração nas hipóteses.....	1.232	10.884
Pagamentos.....	(24)	(143)
Saldo final	88.460	67.199

16.3) Impostos e encargos sociais a recolher

	2019	2018
	Imposto de renda retido na fonte.....	4.370
Imposto sobre serviço.....	2.166	1.701
IOF sobre prêmios de seguros.....	104.572	89.692
Contribuições previdenciárias.....	5.987	4.985
Outros.....	2.306	2.072
Total	119.401	101.852

Composição do IOF sobre prêmios de seguros

	2019	2018
	Automóvel.....	71.026
Patrimonial.....	17.547	12.813
Responsabilidades.....	6.311	4.703
Transportes.....	5.769	4.719
Outros.....	3.919	2.471
Total	104.572	89.692

17) DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2019						Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios.....	54.570	6.862	5.774	97	405	1.160	68.868
Prêmios e emolumentos.....	11.920	1.229	684	513	890	3.994	19.230
Outros.....	2.260	645	486	446	460	1.699	5.996
Total	68.750	8.736	6.944	1.056	1.755	6.853	94.094

	2018						Total
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios.....	24.146	522	1.402	3.304	106	-	29.480
Prêmios e emolumentos.....	8.540	4.975	1.355	493	1.225	2.443	19.031
Outros.....	7.985	2.637	4.880	470	1.212	1.211	18.395
Total	40.671	8.134	7.637	4.267	2.543	3.654	66.906

18) PROVISÕES TÉCNICAS E NECESSIDADE DE COBERTURA

18.1) Provisões técnicas

	PPNG		PSL		IBNER		IBNR		Outras		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Responsabilidades ...	150.806	90.769	855.667	214.819	17.388	10.555	72.187	66.682	-	-	1.096.048	382.825
Automóvel.....	1.804.267	1.758.731	607.796	595.138	74.417	52.106	396.306	341.288	3.306	1.163	2.886.092	2.748.426
Patrimonial.....	502.663	381.648	246.399	244.042	33.054	14.356	63.204	45.817	-	-	845.320	685.863
Riscos financeiros ..	193.391	145.819	15.014	23.662	12.238	9.469	4.614	4.126	-	-	225.257	183.076
Transportes.....	75.880	53.484	80.861	84.265	4.808	(2.269)	25.053	22.102	-	-	186.602	157.582
Pessoas coletivas.....	35.400	24.691	92.715	104.176	11.234	12.427	57.097	56.030	-	-	196.446	197.324
Vida individual ..	12.440	8.490	2.779	1.950	-	-	499	527	25.884	25.048	41.602	36.015
Demais ramos.....	106.755	51.998	77.332	42.280	12.553	8.345	20.584	13.968	-	-	217.224	116.591
Total	2.881.602	2.515.630	1.978.563	1.310.332	165.692	104.989	639.544	550.540	29.190	26.211	5.694.591	4.507.702
Circulante.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.751.387	3.596.248
Não circulante.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	943.204	911.454

Os saldos apresentados como "Outras provisões" são compostos pela Provisão de Despesas Administrativas (PDA) no montante de R\$ 3.306 (R\$ 1.163 em 2018), constituída com base nos informes emitidos pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., pela Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC), no montante de R\$ 25.690 (R\$ 25.048 em 2018) e em 2019 houve uma Provisão Complementar de Cobertura (PCC), no montante de R\$ 194.

A movimentação das provisões técnicas está assim representada:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais Mil)

a) Desenvolvimento de sinistros administrativos - valores brutos de resseguros

Ano de ocorrência										31 de dezembro de 2019	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência											
1 ano após	678.544	633.607	830.915	1.086.132	1.296.762	1.695.909	2.143.716	2.171.042	2.258.147	3.102.027	
2 anos após	794.163	682.876	899.007	1.125.104	1.375.338	1.839.662	2.221.914	2.207.150	2.321.950		
3 anos após	802.661	695.782	903.324	1.134.467	1.378.636	1.846.763	2.227.244	2.202.277			
4 anos após	804.322	696.507	905.133	1.124.537	1.378.423	1.848.321	2.238.391				
5 anos após	804.507	698.711	903.854	1.123.362	1.377.868	1.846.333					
6 anos após	805.397	697.339	904.446	1.123.451	1.373.265						
7 anos após	805.424	698.022	903.397	1.127.948							
8 anos após	804.844	699.248	905.220								
9 anos após	805.348	706.306									
9 anos após	808.793										
Posição incorrida em 31/12/2019	808.793	706.306	905.220	1.127.948	1.373.265	1.846.333	2.238.391	2.202.277	2.321.950	3.102.027	16.632.510
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(494.269)	(430.171)	(572.523)	(743.540)	(947.716)	(1.238.423)	(1.645.833)	(1.609.835)	(1.759.080)	(1.932.425)	
1 ano após	(765.913)	(643.535)	(840.292)	(1.071.259)	(1.326.538)	(1.709.016)	(2.140.843)	(2.136.761)	(2.246.193)		
2 anos após	(791.038)	(668.794)	(872.848)	(1.097.634)	(1.358.940)	(1.815.494)	(2.188.928)	(2.182.447)			
3 anos após	(795.326)	(683.297)	(890.276)	(1.107.612)	(1.363.567)	(1.826.567)	(2.209.961)				
4 anos após	(799.600)	(690.644)	(891.840)	(1.111.570)	(1.366.021)	(1.829.718)					
5 anos após	(801.168)	(691.585)	(893.292)	(1.115.271)	(1.367.514)						
6 anos após	(801.768)	(692.698)	(893.766)	(1.116.757)							
7 anos após	(802.182)	(693.247)	(894.897)								
8 anos após	(802.718)	(695.229)									
9 anos após	(803.996)										
Total de pagamentos até 31/12/2019	(803.996)	(695.229)	(894.897)	(1.116.757)	(1.367.514)	(1.829.718)	(2.209.961)	(2.182.447)	(2.246.193)	(1.932.425)	(15.279.137)
Diferença entre estimativa inicial e final	(130.249)	(72.699)	(74.304)	(41.816)	(76.503)	(150.424)	(94.675)	(31.235)	(63.803)		
Passivo reconhecido no balanço	4.797	11.077	10.323	11.191	5.751	16.615	28.430	19.830	75.757	1.169.602	1.353.373
Passivo referente a anos anteriores a 2010											14.696
DPVAT											5.317
Retrocessão											-
Total do passivo incluso no balanço											1.373.386

(b) Desenvolvimento de sinistros judiciais - valores brutos de resseguros

Ano de ocorrência										31 de dezembro de 2019	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	2.131	2.076	2.618	2.994	6.599	8.307	6.474	11.429	11.014	16.160	
1 ano após	11.719	12.772	17.780	22.369	32.735	37.601	59.350	46.342	42.590		
2 anos após	20.586	24.758	27.246	35.911	44.502	61.799	83.980	66.972			
3 anos após	25.898	31.435	33.525	43.699	56.252	77.631	99.569				
4 anos após	28.658	41.770	37.496	55.463	76.070	83.263					
5 anos após	33.378	46.533	48.073	59.356	72.517						
6 anos após	38.897	60.294	50.224	63.504							
7 anos após	47.662	64.482	56.820								
8 anos após	50.193	64.855									
9 anos após	50.287										
Posição incorrida em 31/12/2019	50.287	64.855	56.820	63.504	72.517	83.263	99.569	66.972	42.590	16.160	616.537
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(601)	(498)	(302)	(665)	(730)	(1.011)	(674)	(991)	(1.438)	(2.800)	
1 ano após	(2.221)	(1.625)	(4.943)	(4.120)	(3.974)	(4.871)	(7.743)	(8.554)	(10.616)		
2 anos após	(4.078)	(4.079)	(6.964)	(6.964)	(7.057)	(10.732)	(15.471)	(21.200)			
3 anos após	(6.682)	(5.958)	(9.310)	(10.293)	(12.615)	(18.302)	(38.992)				
4 anos após	(8.374)	(8.746)	(12.557)	(14.181)	(17.802)	(27.678)					
5 anos após	(11.216)	(11.793)	(14.644)	(19.570)	(23.448)						
6 anos após	(14.637)	(16.534)	(17.696)	(22.401)							
7 anos após	(23.546)	(19.402)	(21.956)								
8 anos após	(27.208)	(27.871)									
9 anos após	(30.033)										
Total de pagamentos até 31/12/2019	(30.033)	(27.871)	(21.956)	(22.401)	(23.448)	(27.678)	(38.992)	(21.200)	(10.616)	(2.800)	(226.995)
Diferença entre estimativa inicial e final	(48.156)	(62.779)	(54.202)	(60.509)	(65.918)	(74.956)	(93.095)	(55.543)	(31.575)		
Passivo reconhecido no balanço	20.254	36.984	34.864	41.103	49.069	55.585	60.577	45.772	31.974	13.360	389.542
Passivo referente a anos anteriores a 2010											188.150
DPVAT											27.485
Retrocessão											-
Total do passivo incluso no balanço											605.177

(c) Desenvolvimento de sinistros administrativos - valores líquidos de resseguros

Ano de ocorrência										31 de dezembro de 2019	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	627.046	555.093	666.461	929.666	1.205.096	1.552.878	1.897.845	1.973.149	2.138.143	2.290.069	
1 ano após	741.336	595.543	721.322	989.127	1.270.254	1.621.689	1.957.423	2.021.687	2.180.113		
2 anos após	744.719	604.088	727.315	998.450	1.268.961	1.623.226	1.960.583	2.020.097			
3 anos após	746.420	603.089	730.256	998.254	1.270.364	1.625.702	1.966.553				
4 anos após	746.275	602.527	729.020	997.770	1.269.608	1.625.071					
5 anos após	746.700	601.979	729.625	997.894	1.269.741						
6 anos após	746.810	602.771	728.313	1.000.273							
7 anos após	746.235	602.060	729.475								
8 anos após	746.903	603.287									
9 anos após	748.836										
9 anos após	748.836										
Posição incorrida em 31/12/2019	748.836	603.287	729.475	1.000.273	1.269.741	1.625.071	1.966.553	2.020.097	2.180.113	2.290.069	14.433.515
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(476.712)	(390.897)	(461.006)	(688.264)	(904.964)	(1.177.048)	(1.503.431)	(1.518.666)	(1.714.177)	(1.840.246)	
1 ano após	(719.330)	(568.836)	(693.408)	(959.205)	(1.230.529)	(1.571.895)	(1.905.089)	(1.978.766)	(2.143.764)		
2 anos após	(735.775)	(588.700)	(711.398)	(978.586)	(1.256.315)	(1.604.810)	(1.940.252)	(2.007.407)			
3 anos após	(740.041)	(594.888)	(718.063)	(986.314)	(1.260.508)	(1.613.171)	(1.950.898)				
4 anos após	(742.201)	(597.027)	(719.630)	(989.379)	(1.262.874)	(1.616.265)					
5 anos após	(743.047)	(597.922)	(721.071)	(991.825)	(1.264.340)						
6 anos após	(743.689)	(598.493)	(721.545)	(992.169)							
7 anos após	(744.103)	(599.076)	(722.414)								
8 anos após	(744.640)	(599.478)									
9 anos após	(745.073)										
Total de pagamentos até 31/12/2019	(745.073)	(599.478)	(722.414)	(992.169)	(1.264.340)	(1.616.265)	(1.950.898)	(2.007.407)	(2.143.764)	(1.840.246)	(13.882.054)
Diferença entre estimativa inicial e final	(121.790)	(48.195)	(63.014)	(70.607)	(64.646)	(72.192)	(68.708)	(46.948)	(41.970)		
Passivo reconhecido no balanço	3.763	3.809	7.061	8.104	5.401	8.806	15.655	12.690	36.349	449.823	551.461
Passivo referente a anos anteriores a 2010											9.680
DPVAT											5.317
Retrocessão											-
Total do passivo incluso no balanço											566.458

(d) Desenvolvimento de sinistros judiciais - valores líquidos de resseguros

Ano de ocorrência										31 de dezembro de 2019	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	2.026	2.021	2.618	2.725	6.599	7.965	6.291	10.871	10.881	16.020	
1 ano após	11.010	11.848	17.730	21.423	25.698	36.152	44.305	44.894	40.760		
2 anos após	18.801	22.572	27.040	33.971							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em Reais Mil)

O ativo "Depósito judicial" também foi ajustado com a conta redutora – Redução ao valor recuperável – produzindo o mesmo efeito de R\$ 55.947.

(a) Processos de ações fiscais

A Tokio Marine Seguradora classifica como obrigação legal as ações judiciais nas quais discute a inconstitucionalidade e legalidade da legislação. As obrigações legais são provisionadas independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor dos tributos envolvidos em discussões na esfera administrativa ou judicial e objeto de lançamento de ofício e são provisionadas sempre que a perda for classificada como provável.

As discussões mais relevantes relacionadas às Ações Fiscais que estão provisionadas são:

(i) PIS e COFINS base de cálculo: discute o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS pela Lei nº 9.718/98, que alterou o conceito de receita bruta, entendendo-a como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida, e a classificação contábil das receitas, R\$ 767.000 (R\$ 456.571 em 31/12/2018). A partir de 2015, com o advento da Lei nº 12.973/14, a Seguradora passou a recolher essas contribuições sociais.

Não estão provisionados os valores relacionados às ações fiscais com prognóstico de perda possível. Os principais valores das Ações Fiscais de perda possível, cujo risco total é de R\$ 228.538 (R\$ 201.014 em 31/12/2018), estão abaixo descritos:

(ii) Amortização do ágio da FARAG: A Tokio Marine discute na esfera administrativa Auto de Infração que compreende o período de novembro e dezembro de 2005 e exige o pagamento de IRPJ e CSLL, relacionados à dedução para fins fiscais, da amortização do ágio pago pela empresa FARAG na despesas Real Seguros S.A. e Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. A empresa discute judicialmente em ação anulatória o débito exigido para o período de 2006 e 2007. O valor atualizado envolvido é de R\$ 49.045 (R\$ 38.221 em 31/12/2018).

(iii) Ganho de capital: As autoridades fiscais lavraram auto de infração para exigir o pagamento de IRPJ e CSLL sobre valor supostamente excluído indevidamente relacionado ao valor do ágio apurado quando da alienação da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. O valor reclamado atualizado é de R\$ 5.949 (R\$ 5.858 em 31/12/2018). O processo aguarda análise do CARF.

(b) **Processos de ações trabalhistas:** As contingências trabalhistas decorrem principalmente de processos de terceiros, cuja responsabilidade da Seguradora pode ser solidária ou subsidiária, sendo que os pleitos trabalhistas relacionam-se principalmente a horas extras e equiparação salarial. Não estão provisionados os valores relacionados às ações trabalhistas com probabilidade de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 4.484 (R\$ 6.684 em 31/12/2018).

(c) **Processos de ações cíveis:** As contingências decorrem de pleitos não relacionados às operações de seguros. A maior parte refere-se a pedidos ligados à recusa de proposta e renovação. Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 160.972 (R\$ 120.210 em 31/12/2018).

20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1) Capital social

O Capital Social está representado por 2.792.683.504 ações ordinárias (2.792.743.608 em 2018), todas nominativas e sem valor nominal.

20.2) Reservas de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado, efetuadas com base em laudos de avaliações emitidos por peritos especializados.

20.3) Reservas de lucros

(a) Reserva legal

A Reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976.

(b) Reserva estatutária

Esta Reserva é constituída pelo valor do lucro anual apurado em cada exercício social e não distribuído aos acionistas, com o objetivo de preservar a manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para as destinações conforme o estatuto.

Em AGO de 29 de março de 2019, foi deliberado e aprovado o pagamento de R\$ 72.442 em dividendos aos acionistas, complementares ao mínimo obrigatório. Este pagamento foi realizado em 23 de abril de 2019.

20.4) Ações em tesouraria

Em 29 de março de 2019, foi deliberada e aprovada em AGO o cancelamento da totalidade das 60.104 ações emitidas pela Seguradora mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social.

20.5) Destinação do lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Seguradora apurou Lucro Líquido no valor de R\$ 411.604 (R\$ 331.318 em 2018) destinando R\$ 20.580 (R\$ 16.566 em 2018) para constituição de reserva legal, R\$ 293.268 para reserva estatutária (R\$ 232.194 em 2018), R\$ 88.140 (R\$ 82.558 em 2018) para pagamento de juros sobre o capital próprio e R\$ 9.617 para pagamento de dividendos.

20.6) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 88.140 (R\$ 82.558 em 2018), calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), *pro rata die*.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados como "Despesas financeiras", conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor provisionado foi reclassificado, sendo apresentado como destinação do lucro, conforme destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social foram reduzidos em R\$ 35.256 (R\$ 37.152 em 2018), em decorrência da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo destes tributos.

O crédito dos juros sobre o capital próprio é aprovado em reuniões do Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31 de março de 2020.

21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, estabelecem os critérios de exigência de capital a serem observados para operações de seguros. O critério estabelecido define que o PLA da Seguradora deverá ser maior ou igual ao CMR no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR corresponde ao capital-base ou capital de risco, o maior entre esses dois valores.

O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido estão assim representados:

Descrição	2019	2018
Patrimônio líquido	1.837.343	1.548.173
(-) Participações societárias	1.394	1.244
(-) Despesas antecipadas	5.293	4.237
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 10.2)	28.437	28.437
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	79.154	43.632
(-) Ativos intangíveis (Nota 15)	37.469	26.737
(-) Obras de arte	212	212
(+) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	52.239	26.871
(+) 50% canais de comercialização até 15% do CMR	14.192	9.816
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios (i)	25.134	32.940
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.672.471	1.459.559
Capital-base (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	874.208	827.936
Capital adicional de risco de crédito	155.615	130.061
Capital adicional de risco de mercado	82.027	103.634
Capital adicional de risco operacional	34.694	33.156
Benefício da diversificação	(125.209)	(128.648)
Capital de risco (b)	1.021.335	966.139
Capital mínimo requerido (CMR) (Maior entre a e b)	1.021.335	966.139
Suficiência de capital (PLA – CMR)	651.136	493.419
Efeito dos fluxos registrados do capital adicional de risco de mercado (ii)	933	810
Capital mínimo requerido considerando o efeito dos fluxos registrados do capital adicional de risco de mercado	1.022.268	966.949
(i) Refere-se a variações dos valores econômicos e sua apuração é realizada através de cálculos que consideram por base o TAP – Teste de Adequação de Passivos.		
(ii) Em observância à Resolução CNSP nº 360 de 20 de dezembro de 2017, estão sendo apresentados os valores relativos aos fluxos registrados do capital adicional ao risco de mercado.		
Liquidez do ativo		
Ativos líquidos (Nota 18.4) (AL), sendo:	534.349	340.093
Ativos necessários para liquidez (20% do CMR calculado com o efeito dos fluxos registrados do capital adicional de risco de mercado)	204.454	193.390
Liquidez em relação ao CMR (AL – (20% do CMR calculado com o efeito dos fluxos registrados do capital adicional de risco de mercado))	329.895	146.703
Liquidez do ativo (AL / Capital mínimo requerido considerando o efeito dos fluxos registrados do capital adicional de risco de mercado)	52%	35%

22) PARTES RELACIONADAS

A Administração identifica como partes relacionadas a sua controladora (Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.) e outras empresas que compõem o Grupo Tokio Marine Holding Inc. e seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

Tipo de operação	Parte relacionada	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Juros sobre o Capital Próprio	Meije Yasuda Life Insurance Company	-	1.660	-	1.897
Juros sobre o Capital Próprio	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	-	75.402	-	86.173
		-	77.062	-	88.070
Resseguros	HCC International Insurance Company PLC	352	4.089	21	4.842
Resseguros	Houston Casualty Company	-	-	-	529
Resseguros	Kiln Group	3.465	5.543	206	11.457
Resseguros	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	-	8.178	16.087	16.559
		3.817	17.810	16.314	33.387
Outras	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	3.245	-	949	-
Outras	Tokio Marine Holdings, Inc.	-	-	-	2.920
		3.245	-	949	2.920
		7.062	94.872	17.263	124.377

Tipo de operação	Parte relacionada	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Juros sobre o Capital Próprio	Meije Yasuda Life Insurance Company	-	1.554	-	1.776
Juros sobre o Capital Próprio	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	-	70.627	-	80.716
		-	72.181	-	82.492
Resseguros	HCC International Insurance Company PLC	12	676	13	654
Resseguros	Houston Casualty Company	-	-	111	540
Resseguros	Kiln Group	335	4.240	-	8.826
Resseguros	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	1.404	11.945	11.013	22.873
		347	4.916	124	10.020
Outras	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	92	-	1.051	1.991
Outras	Tokio Marine Holdings, Inc.	-	-	-	2.936
		92	-	1.051	4.927
		439	77.097	1.175	97.439

Despesas comuns com as empresas Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd., e Tokio Marine Holding Inc. referem-se principalmente à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a esta utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

A remuneração global anual da alta Administração da Seguradora montou R\$ 22.876 (R\$ 19.222 em 2018).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	ATUÁRIO	CONTADOR
JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Conselheiro-Presidente	JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Diretor-Presidente	RUSSELL MOSCON - MIBA nº 983	FILIFE RIBEIRO ALVES FERREIRA - CRC 1SP292175/O-8
KOKI UEMEDA - Conselheiro	LUIS FELIPE SMITH DE VASCONCELLOS - Diretor Executivo	MASAOKI ITAKURA - Diretor Executivo	
SEIGO ISHIMARU - Conselheiro	MARCELO GOLDMAN - Diretor Executivo	ADILSON IGNÁCIO LAVRADOR - Diretor Executivo	
	VALMIR MARQUES RODRIGUES - Diretor Executivo	KUNIHICO HIGASHI - Diretor Executivo	

23) PRÊMIOS EMITIDOS

Os prêmios de seguros emitidos líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres, dos principais grupos de ramos de seguros estão assim compostos:

	2019	2018
Automóvel	3.548.822	3.459.760
Patrimonial	863.698	692.075
Transportes	357.675	311.590
Pessoas coletivo	334.575	295.112
Responsabilidades	245.425	139.521
Demais ramos	442.516	256.811
Total	5.792.711	5.154.865

24) COMPOSIÇÃO DOS PRÊMIOS GANHOS, SINISTROS OCORRIDOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos		Custo de aquisição	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Bruto de resseguro						
Automóvel	3.501.657	3.374.987	(1.982.835)	57	(1.950.344)	58
Patrimonial	742.308	621.802	(283.066)	38	(214.417)	34
Pessoas coletivo	330.154	294.735	(119.098)	36	(111.134)	38
Transportes	334.781	289.719	(126.583)	38	(154.543)	53
Responsabilidades	185.916	150.380	(631.896)	340	(91.200)	61
Demais ramos	329.415	232.946	(140.934)	43	(64.679)	28
Total	5.424.231	4.964.569	(3.284.412)	61	(2.586.317)	52
Líquido de resseguro						
Automóvel	3.501.658	3.374.987	(1.982.850)	57	(1.951.465)	58
Patrimonial	432.016	390.248	(160.006)	37	(144.348)	37
Pessoas coletivo	328.692	293.303	(112.354)	34	(110.471)	38
Transportes	295.304	246.354	(121.501)	41	(141.430)	57
Responsabilidades	121.954	106.799	(58.943)	48	(69.120)	65
Demais ramos	180.485	153.924	(53.506)	30	(39.928)	26
Total	4.860.109	4.565.615	(2.489.160)	51	(2.456.762)	54

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos		Custo de aquisição	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prêmios emitidos	6.531.996	5.746.596				
Prêmios cancelados	(759.959)	(582.666)				
Prêmios restituídos	(49.941)	(46.879)				
Prêmios de cosseguros aceitos	113.209	108.630				
Prêmios de cosseguros cedidos	(130.008)	(127.868)				
Prêmios DPVAT	37.270	69.479				
Prêmios riscos vigentes não emitidos	50.144	(12.423)				
Variação das provisões técnicas de prêmios	(368.480)	(190.300)				
Total	5.424.231	4.964.569				

24.1) Prêmios ganhos

	2019	2018
Prêmios emitidos	6.531.996	5.746.596
Prêmios cancelados	(759.959)	(582.666)
Prêmios restituídos	(49.941)	(46.879)
Prêmios de cosseguros aceitos	113.209	108.630
Prêmios de cosseguros cedidos	(130.008)	(127.868)
Prêmios DPVAT	37.270	69.479
Prêmios riscos vigentes não emitidos	50.144	(12.423)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(368.480)	(190.300)
Total	5.424.231	4.964.569

24.2) Sinistros ocorridos

	2019	2018
Indenizações avisadas	(3.310.243)	(2.446.036)
Provisão de despesas relacionadas	(96.764)	(48.359)
Recuperação de sinistros	30.135	26.086
Salvados	296.926	243.447
Ressarcimentos	91.216	23.118
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.821	(94.550)
Serviços de assistência	(297.503)	(290.023)
Total	(3.284.412)	(2.586.317)

24.3) Custos de aquisição

	2019	2018
Comissão sobre prêmios	(1.037.450)	(884.479)
Recuperação de comissão	55.329	63.972
Outros custos de aquisição	(351.838)	(329.952)
Variação dos custos de aquisição diferidos	81.920	63.147
Total	(1.252.039)	(1.087.312)

25) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Receitas operacionais de seguros	8.896	8.324
Despesas com cobrança	(28.476)	(26.935)
Redução ao valor recuperável	4.329	(11.173)
Despesas com encargos sociais	(6.228)	(5.519)
Despesas com provisões cíveis	(10.464)	(3.874)
Despesa com desenvolvimento de vendas	(3.625)	(2.425)
Despesas com rastreamento / monitoramento	(22.820)	(23.671)
Despesas com consultas à base de dados	(19.773)	(16.558)
Despesas com gerenciamento de riscos	(1.369)	(1.971)
Despesas com gerenciamento de dados	(7.	

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Imos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Tokio Marine Seguradora S.A. - São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Tokio Marine Seguradora S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (*compliance*); (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos; (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora.

O Comitê de Auditoria atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

20 de fevereiro de 2020.

José M. Matos Nicolau - Coordenador do Comitê de Auditoria
Leopoldo Guimarães Barros - Membro do Comitê de Auditoria
Sérgio Moreno - Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Tokio Marine Seguradora S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Tokio Marine Seguradora S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Tokio Marine Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

Ricardo Pacheco - MIBA 2.679

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S. CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 97

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Tokio Marine Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A. (“Seguradora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tokio Marine Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das destituições significativas de auditoria, inclusive as eventuais destituições significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020